

INVENTÁRIO DE BENS CULTURAIS DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA BOA MORTE E ASSUNÇÃO DE LIMEIRA, SP

João Paulo Berto¹

Os acervos e a escrita da História

A proposta da pesquisa é apresentar o processo de inventário do acervo cultural custodiado na Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção, localizada na cidade paulista de Limeira e inaugurada no ano de 1867, partindo de pesquisas de caráter iconográfico e documental. Construída pela então Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção, fundada no ano de 1856, a Igreja da Boa Morte teve tamanha importância que sua história acabou por se confundir, muitas vezes, com a história da própria cidade, sendo este um grande norteador para sua acumulação documental. Deste modo, os documentos das mais diferentes naturezas ali custodiados tem profunda ligação com a história de Limeira e região, sendo profundamente necessário recuperá-los, conservá-los e difundi-los, fator imprescindível para a ampliação e expansão de conceitos e definições já consolidados. Neste sentido, busca-se preservar o patrimônio material móvel e integrado abrigado na Igreja da Boa Morte, através de um inventário, pautado em um olhar técnico com valor científico e metodológico, algo até então inédito para o acervo contido no templo.

Em linhas gerais, o acervo congregado no templo é formado por iconografias, jornais, livros impressos e manuscritos, correspondências e objetos tridimensionais (como imaginária sacra, textos, alfaias, móveis, objetos litúrgicos). Atribuindo o valor documental a este conjunto, assume-se sua importância para a preservação da memória, uma vez que, através do uso e conservação do mesmo, podemos resguardar e escrever a história dos eventos, instituições e indivíduos, em âmbito local e regional.

Grande parte dos conjuntos formou-se a partir da criação de uma associação religiosa de leigos na segunda metade do século XIX, período de intensas transformações no seio do catolicismo no Brasil: a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção, hoje confraria. Com base na história do acervo, reconstituída com base em seus próprios acervos, é que foi possível iniciar os trabalhos e compreender os diferentes itens documentais, optando-se pelo trabalho de registro e cruzamento de dados, sobretudo no que tangem as linhas da forma e conteúdo. Tal ponto caminha para o que aponta Schorske:

O historiador procura situar e interpretar temporalmente o artefato, num campo no qual se cruzam duas linhas. Uma é vertical, ou diacrônica, com a qual ele estabelece a relação de um texto ou um sistema de pensamento com expressões anteriores no mesmo ramo de atividade cultural (pintura, política etc.). A outra é horizontal, ou sincrônica; com ela, o historiador avalia a relação do conteúdo do objeto intelectual com as outras coisas que vêm surgindo, simultaneamente, em outros ramos ou aspectos de uma cultura. O fio diacrônico é a urdidura, e o sincrônico é a trama do tecido da história cultural (SHORSKE, 1988, p. 17).

Segundo Wilson José Caritá, a irmandade “surgiu no seio da comunidade paroquial de N. Sra. das

¹ Bacharel e Licenciado em História, com ênfase em Patrimônio Histórico e Cultural, pelo IFCH/UNICAMP. Mestrando em História Cultural (bolsista Fapesp) na mesma instituição, sob orientação da Profa. Dra. Eliane Moura da Silva. Contato: joapberto@yahoo.com.br.

Dores, quando vários de seus membros se reuniram a 13/01/1856, na Igreja Paroquial, com o objetivo de fundá-la” (1998, p. 1). A intenção do grupo recém criado era construir um templo, posteriormente, para honrar Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção, sendo aprovado como órgão atrelado à Igreja em dois de agosto de 1856, sob provisão do Bispo de São Paulo, Dom Antônio Joaquim de Melo (1791-1861). A importância e atuação da associação religiosa leiga limeirense, formada exclusivamente por homens, foi tanta que, em vinte de fevereiro de 1869, a Nunciatura Apostólica elevou-a, em nome do papa Pio IX, à Confraria. Funcionando regularmente até 1891, ficou extinta entre os anos de 1892 a 1897, restituída somente em oito de setembro de 1898, quando uma diretoria provisória foi eleita, permanecendo ativa até os dias atuais.

A Igreja da Boa Morte: um templo e seus acervos

No que tange ao templo da Boa Morte, sua construção se deu a partir de um requerimento enviado à Câmara da Vila de Limeira em 10 de janeiro do mesmo ano de fundação da Irmandade, solicitando “um quarteirão para nele edificar uma Igreja² dedicada a Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção” (CARITÁ, 1998, p. 1). Tal licença foi concedida na sessão do dia catorze do mesmo mês, mediante compra do terreno, porém a edificação só teria início no ano de 1857.

Para levantar o templo, a irmandade foi amparada por figuras ilustres da época, como o Barão de Campinas, Bento Manoel de Barros (1791-1873), o Barão de Cascalho, José Ferraz Campos (1782-1869), e o engenheiro italiano Aurélio Civatti (1837-1917). Após adquirir o terreno, a associação construiu a capela mor até sua cobertura, mas, por falta de recursos, foi amparada pelo Barão de Cascalho. Este continuou a obra construindo as paredes do corpo da igreja e também a cobertura, utilizando-se de mão-de-obra escrava e da taipa de pilão como técnica construtiva principal. Desta parte, assumiu o Barão de Campinas, levantando duas torres e o frontispício de tijolos e dotando o templo de um rico acabamento, repleto de madeiramento, douramentos e pinturas, inclusive com os sinos das torres, paramentos, pratarias e imagens vindos diretamente de Portugal, gastando, na época, cerca de 300 contos de réis³.

A sagração da igreja se deu no dia 12 de agosto de 1867, mas sua inauguração oficial foi comemorada com grandes festas realizadas entre os dias 14 e 15 do mesmo mês. Nesta data, a Irmandade recebeu sua escritura pública, além da doação das imagens esculpidas em madeira dourada e policromada, de fatura portuguesa, de Nossa Senhora da Boa Morte, Nossa Senhora da Assunção e de São Bento. Conforme descrição da época, feita no semanário humorístico *O Cabrião*, editado por Ângelo Agostini, Américo de Campos e Antônio Manoel dos Reis, de 18 de agosto de 1867,

Não temos espaço para dar ao publico a descrição completa das bellezas do edificio, tal como nos foi dada por um artista entendido na matéria. O que podemos asseverar é que, em relação ao bem acabado e beleza da architectura, não tem igual entre os edificios do mesmo genero na provincia, assim como o que respeita aos primorosos trabalhos de entalhe e decorações (CABRIÃO, 2000, p. 359).

No início do século XX, a igreja passou por nova pintura e decoração internas, custeadas pela própria

² Na verdade, o templo construído pela Confraria da Boa Morte é uma capela, uma vez que não é sede de paróquia e nem possui pároco próprio. Contudo, devido às vezes que serviu como Matriz Provisória, ela ficou ganhando, popularmente, o título de Igreja, sendo esta a nomenclatura utilizada neste projeto.

³ Além de ter lavrado a escritura de doação da igreja, o Barão de Campinas ainda assinou uma escritura pública de doação de um cemitério, onde seriam sepultados os membros da Irmandade e os paroquianos. Em seu testamento, deixou a quantia de cem contos de réis para a conclusão da igreja da confraria e também da igreja matriz. Pelo gesto do Barão de Campinas, o benfeitor recebeu um título de nobreza pelo governo imperial. Falecido em dezembro de 1873, seus restos mortais encontram-se, ainda hoje, sepultados no altar da capela mor da igreja.

confraria. Alguns anos mais tarde, em 1908, uma reforma da parte interna foi solicitada pela associação ao piracicabano Joaquim Miguel Dutra (1864-1930), conhecido na época por sua grande competência, ficando a pintura externa a serviço de Luiz Favaro, responsável também por executar uma série de retratos para o acervo do templo, como o do arquiteto italiano Aurélio Civatti. A Dutra também está creditada a fatura da imagem do Menino Jesus, localizada no retábulo-mor do templo. Em 1927, ocorreu uma nova decoração, encomendada ao italiano Angelo Perillo, sendo que, somente dez anos depois, seria completado o estucamento e a pintura externos.

Além das missas, a confraria se dedicava também ao ensino religioso. As crianças recebiam o catecismo através dos integrantes da Liga do Menino Jesus; havia também a Cruzada Eucarística e a primeira comunhão em ocasião do Natal. No ano de 1917, a igreja foi dotada de uma escola primária de ensino laico e religioso, a Escola de Nossa Senhora da Assunção, posteriormente conhecida por Escola Mista Nossa Senhora da Assunção, sediada no andar superior das dependências do templo, e seus alunos eram provenientes das mais diversas classes sociais, sendo que muitos deles ali estudavam gratuitamente. Funcionavam ali, também, outras classes, contudo de caráter particular e uma terceira, mantida pela Câmara Municipal.

Demonstrando a grande presença da igreja de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção no seio da sociedade limeirense, por duas vezes ela tornou-se sede da Paróquia, servindo como Matriz Provisória entre os anos de 1870 e 1876 e de 1949 a 1971, períodos estes em que a matriz, a igreja de Nossa Senhora das Dores, havia sido demolida e reconstruída⁴.

A importância da Confraria e da Igreja na constituição da cidade de Limeira é ímpar, principalmente ao ressaltar a ação tomada pela Igreja Católica até a Proclamação da República (1889), durante o regime do Padroado, quando, sob seus auspícios, estava a guarda do patrimônio civil e religioso. Esta ponderação elucida a importância do acervo que está reunido no templo, válido para a compreensão de diversas temáticas históricas e culturais de âmbito local e regional.

O inventário dos bens culturais da Igreja da Boa Morte

Tomando como central a ideia de que os acervos acumulados são de extrema importância, já que refletem a construção da memória de modo ativo, seja para legitimar ações e atividades ou apenas resguardar elementos que fazem sentido para uma dada comunidade, amparou-se a execução do inventário do acervo custodiado na Igreja da Boa Morte prevendo sua posterior divulgação. Estes instrumentos são imprescindíveis, uma vez que descrevem e dão a conhecer o conjunto de bens a pesquisadores e à comunidade, além de salvaguardar o acervo contra possíveis ações como furtos. Como aponta Santos, o inventário “serve como instrumento de segurança contra ocorrências que escapem ao seu controle, constituindo prova necessária que poderá ser requisitada pela justiça em qualquer caso que a envolva” (SANTOS, 2000, p. 85).

Ao propor resgatar a memória por meio dos acervos culturais, verificou-se a necessidade de atrelar propostas de divulgação, reflexão e sensibilização, justificando-se pelo fato de que serão as comunidades e grupos locais que irão garantir sua preservação. Como aponta Camargo:

⁴ Estes períodos como matriz são de grande importância, uma vez que seu acervo aumentou consideravelmente devido aos materiais ali deixados.

Ao contrário do que se pode imaginar, os moradores locais, embora possuindo afetividade por elementos do patrimônio constituído ou potencialmente a constituir, não tem condições para distinguir sua importância enquanto tal. Os objetos estão incorporados ao seu cotidiano. É preciso afastamento e estudo, compreendendo que aquilo que temos diante de nós apresenta diferenças que não podem ser conhecidas intuitivamente. Portanto, são os habitantes da localidade e do entorno imediato aos primeiros a ser sensibilizados, com apoio na afetividade, para valorizar o patrimônio. São as comunidades e grupos locais que irão garantir sua preservação, formalmente por intermédio das escolas ou informalmente por intermédio do lazer (CAMARGO, 2002, p. 98).

A metodologia de inventário proposta englobou na formatação geral os acervos de bens móveis e integrados, tais como pinturas, esculturas, trabalhos de talha, detalhes arquitetônicos, mobiliário artístico, alfaias e documentos que compõem o acervo da Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção de Limeira. Neste processo, a primeira tarefa foi a realização de um diagnóstico completo dos itens, descrevendo, avaliando e identificando as tipologias e os principais problemas de conservação. Durante o levantamento, foram feitas algumas intervenções, de caráter emergencial e na linha da conservação preventiva, em parte dos materiais, tais como rápida higienização (remoção de partículas de poeira, insetos mortos), retirada de cliques e prendedores enferrujados, acerto de folhas amassadas, acondicionamento de determinados documentos em pastas do tipo polionda®, criação de etiquetas provisórias, limpeza de prateleiras e estantes, união de materiais dispersos pelo tempo em uma única sala, a fim de se ter uma visão em conjunto dos itens.

A partir desta primeira fase, após estudos e reflexões sobre as características tipológicas e a melhor maneira de respeitar a diversidade dos suportes, optou-se pelo tratamento diferenciado nos acervos com características museológicas, arquivísticas e bibliográficas, bem como as subdivisões que pudessem ocorrer. A proposta demonstrava que mesmo com o final deste processo, os que porventura vierem cadastrar novas peças, encontrariam facilidade e poderiam dar continuidade ao processo. Com os conhecimentos específicos de cada área, acreditou ser possível explorar a fundo o conjunto, levando em conta que os

objetos/documentos são suportes de informação que ele contém e que o qualifica como documentos (...) Objetos comuns e anônimos, fruto do trabalho humano e vestígios materiais do passado, correspondem às condições e circunstâncias de produção e reprodução de determinadas sociedades ou grupos sociais. Na natureza latente desses objetos, há marcas específicas da memória, reveladoras da vida de seus produtores e usuários originais (CÂNDIDO, 2006, p. 34).

Aponta-se ainda a ideia de que o objeto só assume o status de documento ao ser questionado, intrínseca e extrinsecamente. As intrínsecas são aquelas informações deduzidas pelo próprio objeto, a partir de sua descrição e análises das suas propriedades físicas; já as extrínsecas referem-se às de natureza documental e contextual, obtidas de outras formas que não pela análise pura do objeto, como o contexto cultural onde foi produzido, histórico de proprietários. São estas informações que devem compor um inventário de acervos, já que definirão posse e existência dos itens documentais, além de assinalar o lugar e importância do objeto como testemunho da cultura material.

Para o acervo do templo da Boa Morte, cada item recebe um número binário de tombo, que o identificará

de forma permanente dentro do acervo, incorporando-o oficialmente ao conjunto de bens da Igreja da Boa Morte. Neste processo, percebeu-se a necessidade de se criar na igreja um espaço específico para o depósito correto do acervo, configurando-se um Centro de Documentação e Memória (CDM), apto para captar e/ou adquirir, além de gerir, em médio prazo, novos fundos e coleções documentais, possibilitando a sua guarda, preservação e divulgação à comunidade científica e em geral, levando o nome de um dos mais importantes beneméritos do templo, Bento Manoel de Barros, o Barão de Campinas. A escolha pelo CMD deve-se, pois este tipo de local de tem como

característica fundamental a proposta de trabalho que envolve a reunião, a preservação e a organização de arquivos e coleções (geralmente compostos de documentos originais, as ‘fontes primárias’) e de conjuntos documentais diversos (de natureza bibliográfica ou arquivística, originais ou cópias) reunidos, sob critério do valor histórico e informativo, em torno de temas ou de períodos da história. Trabalha-se, portanto, com informação especializada (CAMARGO, 1999, p. 50).

No processo de registro, todos os itens passaram a receber a sigla BMB (Bento Manoel de Barros), seguidos da categoria, expressa por um numeral romano e sua ordem no acervo, separados por ponto (.). As categorias encontradas foram classificadas da seguinte forma: I – documentos gráficos impressos e manuscritos (cunho arquivístico); II – documentos gráficos de caráter iconográfico; III – acervo bibliográfico (entendem-se os livros impressos); IV – imaginária sacra; V – pratarias e metais; VI – mobiliários; VII – pinturas (telas, afrescos); VIII – talha e demais madeiras (como extraídas do prédio em processos de restauro e/ou reformas anteriores); IX - têxteis. Assim, por exemplo, o objeto registrado por BMB.IV.0001 corresponde a primeiro item dentro da categoria de pinturas pertencentes ao acervo do Centro de Documentação e Memória “Bento Manoel de Barros”, custodiado na Igreja da Boa Morte.

Cada tipo de marcação nas peças seguiu os padrões estabelecidos na área da museologia e conservação, sempre atentando aos seguintes pontos: clareza e exatidão no registro dos dados sobre os objetos, sejam textuais, numéricos ou iconográficos; obediência a normas e procedimentos pré-definidos; controle de terminologia por meio de vocabulários controlados, sobretudo em thesaurus do Patrimônio Cultural Sacro⁵. Entre os principais campos elencados no banco de dados, realizado em plataforma excel, estão: Numeração de registro (tombo), Nome ou título do Objeto, Categoria, Material e Técnica, Data (época), Autor (ou marca, ou fabricante), Dimensões, Origem, Procedência, Descrição, Modo de Aquisição (compra, produto de oficina, transferência, doação, recolhimento, permuta), Marcas e Inscrições, Estado de Conservação, Data de Aquisição, Registro Fotográfico, Compilador/Data.

No campo dos acervos arquivísticos, já foi realizado um estudo completo e o inventário seguiu a classificação e ordenação prévia já elaborada. Em linhas gerais, os documentos de cunho arquivístico foram separados em dois conjuntos, visto a procura e diversidade dos materiais: o Arquivo Musical, composto por livros de canto e partituras dos séculos XIX e XX, doadas, em grande parte, pelo antigo organista da Igreja da Boa Morte, Antônio Venâncio (1916-2013), e o Arquivo Geral, com documentos gerados tanto pela Confraria e pela Igreja, quanto pelos depósitos ocasionados pelas sucessivas vindas da sede da paróquia de Nossa Senhora das Dores. No segundo grupo, mais extenso, a documentação seguiu a organização em um

⁵ Cita-se como base o “Thesaurus – Vocabulário de Objectos de Culto Católico”, coordenada pela Professora Doutora Natália Correia Guedes.

fundo e uma coleção: o Fundo Confraria de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção, reunindo documentos de uma mesma proveniência, no exercício de sua função e por ela acumulados; e a Coleção Paróquia Nossa Senhora das Dores, visto que os documentos foram reunidos intencionalmente, sobretudo composta por livros manuscritos de agremiações cristãs, capelas e festividades, averbações de casamentos. Ao esquema de arranjo seguiram-se subdivisões em séries, subséries e dossiês, surgidos a partir dos estudos da história administrativa dos organismos, suas funções e áreas de atuação. Por mais que a etapa de inventário não previsse, necessariamente, a catalogação (com o arranjo), optou-se pela realização da mesma a fim de prover as diversas solicitações de pesquisas com o acervo.

Considerações Finais

O trabalho de inventário do acervo da Igreja da Boa Morte, ainda em execução, busca apontar e enfatizar a imagem do templo com um patrimônio cultural importante para a cidade de Limeira e região, espaço que congrega diferentes manifestações culturais que contam a história e a relação de uma comunidade para com o meio ambiente. Ao adentrar a igreja ou conhecendo seu acervo, o intuito é que o objeto e sua imagem ganhem para o visitante um novo significado, um novo estatuto, para além da religião. Mesmo assim, estes significados nunca são os mesmos, são nômades, graças aos movimentos contínuos da memória, do tempo e da história. Acima de tudo, este inventário busca oferecer à comunidade possibilidades de conhecer e, com isso, proteger seus bens culturais, indispensáveis à manutenção de sua identidade, além de salvaguardar peças de grandioso valor cultural e monetário.

As narrativas construídas no campo do patrimônio, conforme Regina Abreu (2007), são plurais, já que comportam diversos olhares que sempre se imbricam. A própria capacidade imaginativa ganha, neste discurso, caráter singular, unida à capacidade de discernir as alteridades. No processo de ressignificação da cultura visual por meio do patrimônio, a autora questiona: “se o patrimônio e os museus reinscrevem e relêem, sob novas chaves, a cultura material das sociedades passadas, como garantir diferentes competências de ver, diferentes formas de leitura, diferentes ênfases e formas de discriminação com relação à cultura material?” (ABREU, 2007, p. 108)

O patrimônio cultural, seja em sua vertente material ou imaterial, atua justamente no campo de diálogo do visível e do invisível, construindo, de modo estratégico, imagens que atuam no indivíduo, produzindo diferentes práticas e representações. Com isso, a importância de um inventário de acervos vai além de um mero registro, mas fornece visibilidade a objetos que carregam grande carga imagética permeada de diversos sentidos que são recriados a cada olhar. Segundo Paulo Knauss, “é preciso conhecer as convenções, considerando que as associações entre símbolos e códigos não são fixas, o que significa dizer que os sentidos são negociados. Assim, as práticas de olhar não dever ser definidas como atos de consumo passivos” (KNAUSS, 2006, p. 100).

Referências Bibliográficas

ABREU, Regina. “Comentário X”. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. Nova Série. Volume 15. Número

2. Jul-dez 2007.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: Tratamento Documental**. 4ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CAMARGO, Célia. “Os Centros de Documentação das Universidades: Tendências e Perspectivas”. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Ed. UNESP; FAPESP, 1999.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio Histórico e Cultural**. 3ª edição. São Paulo: Editora Aleph, 2002. Coleção ABC do Turismo.

CÂNDIDO, Maria Inês. “Documentação Museológica”. in **Caderno de diretrizes museológicas**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura / Superintendência de Museus, 2006. p 34.

CARITÀ, Wilson José. **Breve Histórico da Confraria de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção**. 2ª edição. Limeira: 1998.

FERREZ, Helena Dodd; BIANCHINI, Maria Helena S. **Manual de catalogação: pintura, escultura, desenho, gravura**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN/Museu Nacional de Belas-Artes, 1995.

FONSECA, Maria Cecília Londres. “A construção do patrimônio: perspectiva histórica”. In: **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ – IPHAN, 1997.

KNAUSS, Paulo. “O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual”. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 8, n. 12, jan-jun, 2006.

SANTOS, Fausto Henrique dos. **Metodologia Aplicada em Museus**. São Paulo: Ed. Mackenzie, 2000.

TESSITORE, Viviane. **Como implantar centros de documentação**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.